

## A TEORIA DA LINGUAGEM ORDINÁRIA

PAULO ALCOFORADO

Universidade Federal do Rio de Janeiro

### Resumo:

O artigo pretende traçar as grandes linhas que deram origem a escola da linguagem que surgiu em Cambridge e posteriormente trabalhada em Oxford. Partindo da noção de uso que Wittgenstein desenvolve em suas *Investigações Filosóficas*, mostra as dificuldades resultantes e o esforço de Austin para contorná-las e as extensões posteriores das discussões em Alston e Searle.

### Abstract:

The article attempts to show the origins of the school of ordinary language which arose at Cambridge and developed at Oxford. Beginning with the idea of use set forth by Wittgenstein in his *Philosophic Investigations*, it relates the difficulties encountered, Austin's attempts to overcome them, and later extensions in the discussions of Alston & Searle.

A filosofia da linguagem do século vinte se caracteriza por uma dupla abordagem no que diz respeito à noção de significado. Uma, que remonta a antiguidade clássica, entende que o veículo do significado seja uma *expressão* lingüística, isto é, concebe o fenômeno do significado sob a forma de relações que se dão entre a linguagem e o mundo. O que caracteriza esta investigação, quando assume seu mais alto grau de elaboração, é abordar o significado no contexto de linguagens formalizadas e o que resulta são expressões da forma de metateoremas semânticos. Tal abordagem, extremamente importante e rica em contribuições, não será aqui por nós estudada. O que será objeto de nossas considerações é a outra solução apresentada por Wittgenstein para a questão do significado. Consoante este modo de entender, a pesquisa do significado deve ser desenvolvida no contexto da linguagem corrente e não sob o ponto de vista de linguagens formalizadas. E ainda mais, os seguidores desta escola entendem que a investigação das relações entre a linguagem e o mundo dão origem à inúmeras dificuldades, e equívocos intrinsecamente

oriundos desta forma de encarar a questão. “Embora pareça inevitável, observa D. Furthm é de se lastimar que esta divisão se afigura de forma conflitante, já que as abordagens são obviamente complementares e esta rivalidade obstruiu frutíferas investigações de suas mútuas relações”. (cfr. G. Frege, *The Basic Laws of Arithmetic*, California, 1964, p. vii). A teoria da linguagem ordinária será aqui apresentada em três etapas.

### TEORIA DO USO

A solução que aqui discutiremos para o problema do significado, cronologicamente bem mais recente, é a que se inaugura com Ludwig Wittgenstein. Já em sua obra inicial, o *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921). Começa a se delinear o fato de que Wittgenstein não desconhece a importância da linguagem ordinária como critério de investigação filosófica da questão do significado. “Todas as sentenças de nossa linguagem cotidiana, diz ele, tais como elas são, estão logicamente em perfeita ordem.” (*Tractatus*, 5.5563). No entanto, com o envolver de suas reflexões, esta tese vai ganhando progressivamente mais força e tipicidade. E assim sendo este tema, entre outras coisas, discorre ele em Cambridge de 1929 a 1936 e de 1939 a 1947, até surgirem suas *Investigações Filosóficas*, publicadas postumamente em 1953, onde ela aparece em sua plena expressão. Segundo afirma Warnock (*English Philosophy Since 1900*, Londres, 1958, p. 63), as idéias de Wittgenstein, muito antes da publicação das *Investigações*, já eram amplamente conhecidas, através de suas aulas e diálogos privados, por alunos e colegas, determinando assim *avant la lettre* todo um movimento de idéias. A tese básica das *Investigações Filosóficas*, no que diz respeito a questão do significado, consiste em afirmar que conhecer o significado de uma expressão (palavra, frase ou sentença) está em saber usá-la num vasto domínio de sentenças. Wittgenstein em inúmeros lugares de sua obra insiste que não se deve perguntar pelo significado, mas pelo uso de uma expressão (cfr. *Inv.*, §§ 30, 41, 43, 120, 138, 197, 532, 556, etc.). E esta tese se tornou um dos princípios básicos do que se convencionou denominar “filosofia da linguagem ordinária” ou “filosofia da linguagem corrente” ou “teoria do uso”, que surgiu em Cambridge e posteriormente se desenvolveu em Oxford.

E importante observar que Wittgenstein não afirma que o significado de todas as palavras se identifica invariavelmente com seu uso. Ele afirma, pelo contrário, que para uma *ampla* classe de casos em que se emprega a palavra “significado” – mas não para *todos* os casos de seu emprego

— pode-se explicar esta palavra do seguinte modo: O significado de uma palavra é o seu uso na linguagem. Inv., § 43). Paralelamente ao que acabamos de ver, cabe assinalar que as espécies de uso das palavras é vasto e seria errôneo pensar que todas as expressões tenham sistematicamente o mesmo uso. Pelo contrário, a diversidade de usos de uma expressão é muito grande. “Pense nas ferramentas que se encontram numa caixa: um martelo, tenazes, uma serra, chave de parafusos, uma régua, um tubo de cola, cola pregos e parafusos. — As funções das palavras são tão diversas quanto as funções destes objetos.” (Inv., § 11). É necessário, diz ele em outra passagem, “romper com a idéia de que a linguagem funciona sempre de *uma* maneira (*Cine Weise*), que serve sempre ao mesmo objetivo (*Zweck*). (Inv., § 304)”. As expressões lingüísticas podem ser usadas dos mais distintos modos e para os mais distintos fins, tais como para “comandar e obedecer, descrever um objeto..., reconstituir um objeto..., relatar um acontecimento, especular acerca de um acontecimento, formar uma hipótese e testá-la, representar resultados de um experimento por tabelas e diagramas, inventar uma história e lê-la, representar no teatro, cantar rondas, adivinhar enigmas, gracejar..., resolver problemas de aritmética prática, traduzir..., solicitar, agradecer, maldizer, cumprimentar, orar”. (Inv., § 23). Todas estas formas de ação, por distintas que sejam, constituem apenas alguns exemplos de usos particulares de certas palavras e expressões.

Isto posto, pode-se dizer que todo o problema se põe nos seguintes termos: que procedimento adotar para determinar o significado, isto é, o uso de uma expressão? *In limine*, é excluída a teoria referencial que assimila o significado de todas, ou quase todas, as palavras e nomes, considerando excessiva simplificação entender a relação entre linguagem e realidade na base da relação de denominar. Wittgenstein se opõe, por tal razão, frontalmente a concepção segundo a qual os significados são entes abstratos nomeados ou expressos por palavras. Diz-se: não é a palavra que importa, mas seu significado; e pensa-se o significado como uma coisa da mesma espécie que a palavra, embora diferente desta última. (Inv., § 120). Pois nada explicamos a cerca do significado do termo “luz” se dissermos que tal palavra nomeia o ente abstrato a luminosidade. Isto porque só explicamos o significado de uma palavra para alguém mostrando como ela é empregada na vida cotidiana. O significado das palavras é como uma família em que se encontra envolvida “uma complicada rede de similaridades que se entrecruzam e se interpenetram”. (Inv., § 66). E é neste momento que para Wittgenstein, a linguagem ordinária assume plena relevância. Referindo-se às sentenças, mas que pode ser extrapolado para todos as expressões, diz ele “como esta sentença é aplicada — isto é, em

nossa linguagem cotidiana? Pois eu a tomei daí e de nenhum outro lugar” (Inv., § 134). O uso, portanto, se revela pela descrição do funcionamento da expressão no contexto da linguagem ordinária. Wittgenstein procura especificar a noção de uso de diversas maneiras. De maneira muito ampla, o uso de uma expressão é sempre uma função ou está integrada em um modo ou forma de vida. Assim, segundo o autor das *Investigações*, o entendimento que existe entre os seres humanos decorre de participarem todos de uma linguagem comum que em última análise não se apóia “numa concordância de opiniões, mas numa forma de vida”. (Inv., 4 241). Do mesmo modo que simular depende de um modo de vida de que os animais não participam (Inv., § 249) e “se a um leão fosse dado falar nós não o poderíamos entender” (Inv., p. 223, da tradução inglesa), já que não participamos de seu modo ou forma de viver. O mesmo se aplicaria aos diversos termos e expressões especificamente humanos. De forma mais restrita, o uso de uma expressão está vinculado ao sistema lingüístico ao qual está integrada. E por tal razão, Wittgenstein nega totalmente a possibilidade de existir uma linguagem privada (isto é, digamos, um conjunto de termos construído por alguém para rotular a dor, ou seus aspectos, que especificamente só ele conhece). Isto seria impossível, porque mesmo rotular a dor com um determinado nome dependeria de uma linguagem previamente existente. (Inv., 4 243). Wittgenstein, como se sabe, defende a concepção segundo a qual os significados não podem ser explicados em termos de processos mentais, internos e privados. Pois o que importa, do ponto de vista da filosofia da linguagem, é como se aplicam ou se usam as palavras, isto é, o teste de que se conhece o significado de uma expressão consiste em saber usá-la e não nos processos mentais que se dão no recesso da mente do locutor. É impossível jogar xadrez, diz ele, a menos que já exista constituído o jogo xadrez. (Inv., § 205). Assim sendo, para se formular questões e explicações inteligentes a respeito de palavras tenho “que usar a linguagem já constituída.” (Inv., § 120).

O uso das palavras, no entanto, envolve não apenas as disposições gerais de modo de vida e do sistema lingüístico, mas dispositivos e propósitos particulares. Para uma expressão ser uma palavra ou uma proposição “depende da situação em que ela é proferida ou escrita.” (Inv., § 49). Para se determinar se uma sentença como “Isto está aqui” tem sentido “dever-se-ia perguntar em que circunstâncias particulares esta sentença é realmente usada”. (Inv., § 117). Deve-se perguntar “sob que circunstância faz sentido dizer “Quero dizer...” e, ainda, “que circunstâncias justificam que eu diga “Ele quer dizer...”?” (Inv., § 557).

Note-se, no entanto, que alguns pensadores sustentam que só o significado de palavras e frases (e não de sentenças completas) pode ser explicado em termos de uso. Isto decorre, segundo eles, do fato de não se poder dizer que sentenças tenham um uso. Pelo contrário, nelas é que usamos os termos e frases. (cfr. Ryle, "Use, Usage, and Meaning"). É difícil entender tal restrição, já que é perfeitamente razoável dizer se uma sentença está sendo usada para formular uma ordem ou um pedido ou um relato. Talvez o modo de usar numa sentença seja bem distinto do modo de se usar uma palavra, mas é inquestionável que ambas possam ser usadas.

A teoria do uso pode se mostrar adequada, como explicação do significado, caso seja corretamente formulada e suficientemente expandida. E nisto consiste a dificuldade, já que há fortes objeções contra a afirmação de que o significado seja o uso. Listamos aqui, seguindo proximamente D. Cooper (*Philosophy of Language*, Londres, Longman, p. 38s), as principais dificuldades que a teoria do uso dá lugar:

(A) O principal problema com que se defronta a teoria do uso consiste em encontrar uma acepção para a palavra "uso" em termos da qual o significado possa ser explicado. Pois existem inúmeros tipos de uso linguístico que não são pertinentes para o problema acerca do significado. Eis os principais:

- 1 – A palavra "se" foi ontem usada vinte vezes por Antônio. Este fato, acerca do uso da palavra "se", nada tem a ver com seu significado.
- 2 – Pode-se usar as palavras "boa noite" para aterrorizar alguém. Por exemplo, quando Boris Karloff a diz numa floresta solitária à meia-noite. Aqui também o termo "uso" não tem relevância linguística.
- 3 – Muitas pessoas usam a palavra "amem", ao terminar suas orações, sem saber o que ela significa. O uso da palavra "amem" neste contexto nada esclarece acerca de seu significado.
- 4 – Há certas expressões que obviamente tem um uso, mas que não tão obviamente tem um significado. Isto pode ser exemplificado através da expressão: "O que significa o termo "João"?", a menos que se trata de uma questão de etimologia.
- 5 – Pode-se usar palavras carentes de significado. Tal é o caso quando intencionalmente se quer provar, por exemplo, que se é louco. Entre outras coisas, poder-se-ia empregar uma linguagem

inarticulada. Este uso não a torna significativa exceto quando “significado” se identifica com propósito ou objetivo.

(B) Além destas considerações a teoria persiste com inúmeras outras dificuldades. Casos há em que o uso padrão de uma expressão nada tem a ver com o seu significado literal. Quando, em português coloquial, se diz “Ele está com a pulga atrás da orelha” tal proferimento é usado para advertir (tal é seu uso padrão) e, no entanto, esta função nada tem a ver com o seu significado. Pode-se objetar, porém que este uso padrão não é o que visa a teoria. Mas como discernir entre o uso padrão, que é relevante, e o que não é relevante para o significado.

(C) Sentenças há que não têm uso padrão, embora tenham um significado. Assim, quando digo “minha perplexidade é como uma laranja, rotunda, medieval” não faço idéia como usá-la, — será para exclamar, elogiar, relatar? Não obstante ela tem um significado, ela pode ser traduzida ou parafraseada. Há, por outro lado, expressões que não tem uso, mas que poderiam vir a ter. Por exemplo, a locução “a dor é um estímulo das fibras” não ocorre em nenhum texto de fisiologia, ao que se saiba. Mas é altamente improvável que ela ganhe um significado quando ganhar um uso. Pelo contrário, pode-se pensar que só ganhará um uso quando ganhar um significado.

(D) A noção de sinonímia dá origem a algumas dificuldades. Pode-se dizer que “cão” e “cachorro” não tem sistematicamente o mesmo uso. E assim sendo, segundo esta concepção, não seriam sinônimas. A questão está em saber que diferenças de usos são relevantes para a sinonímia. Esta diferença se resume numa diferença de significado? Inexistindo uma explicação do que seja uma diferença de uso, não se pode responder. Por outro lado, o fato de duas expressões serem usadas de modo similar não significa que elas sejam sinônimas.

Já que não são poucas nem pequenas as dificuldades que dá origem esta concepção de significado, não é de se admirar que P. Ziff (*Semantic Analysis*, Cornell, 1967, p. 158) afirme ser falso que o significado de uma palavra consiste em seu uso, pois aquele depende de inúmeros fatores, muitos dos quais independem de seu uso. Por outro lado, afirma J. Findlay (“Use, Usage, and Meaning”), a teoria do uso sofre do mesmo defeito das outras, isto é, *circularidade*. A noção de uso pressupõe a noção de significado e como tal não pode ser usada para explicar este último. Isto posto, para se contornar todas as dificuldades oriundas desta teoria se-

mântica impõe-se sua substituição por outra teoria que seja suficientemente rica e complexa a ponto de poder explicar ou descrever a diversidade de usos lingüísticos.

### TEORIA RESTRITA

Como acabamos de ver a teoria do uso oferece sérias dificuldades. No entanto, um passo muito importante, para contornar estes impasses, foi dado por J. Austin inicialmente em um famoso artigo – “Other Minds”, P.A.S., Sup. 20 (1946), p. 148-187 – onde desenvolve a concepção segundo a qual, alguns verbos são usados para *dizer* (ou descrever ou relatar algo) mas não, em certo sentido, para *fazer* algo. Assim, “correr”, “escrever” e “olhar” são usados para descrever ou relatar que alguém está correndo, escrevendo ou olhando. À pergunta “o que você está fazendo?” pode-se responder “Estou correndo” ou “Estou escrevendo” ou ainda “Estou olhando”. Tais respostas podem ser verdadeiras ou falsas. Enunciados deste tipo, Austin denomina de *enunciados constatativos* (constative statements).

Outros verbos, no entanto, não são usados para *dizer*, mas para *fazer* algo. Assim, os verbos “desculpar-se”, “nomear”, “jurar” e “garantir” nem sempre são usados para relatar ou descrever algo. Quando alguém fere alguém diz: “Desculpe-me”. Nesta situação a sentença “Desculpe-me” não é usada para descrever ou relatar que ele está se desculpando, pelo contrário, com ela, ele está efetivamente se desculpando. Do mesmo modo, quando digo “Denomino este navio de *Netuno*”, não estou descrevendo ou relatando uma ação; estou, na verdade, realizando uma ação: a ação de dar um nome a um navio. Enunciados que realizam ações são denominados por Austin de *enunciados performativos* (performative statements).

Como se pode observar, há certas diferenças relevantes entre um enunciado constatativo e um enunciado performativo. Em primeiro lugar, os enunciados performativos não são nem verdadeiros nem falsos. Quem diz “desculpe-me” não está asserindo nada e como tal nada diz que seja verdadeiro ou falso. Uma desculpa, um juramento e uma promessa não são nem verdadeiros nem falsos. Assim sendo, se um proferimento for uma desculpa, um juramento ou uma promessa não pode ser verdadeiro ou falso. Uma promessa será sincera ou insincera, boa ou má, mas nunca verdadeira ou falsa. Isto, no entanto, não quer dizer que alguns pro-

ferimentos performativos não tenham, por via indireta, uma certa relação com a verdade e a falsidade. Assim, diante do veredicto “Condeno o réu...” não cabe obviamente pergunta se é verdadeiro ou falso, mas pode-se questionar se é justo, pertinente, etc. Isto por que, certos performativos guardam certa relação com os fatos, i. é, de algum modo correspondem a um estado de coisas ou, como diz Austin, são “*fair or unfair to facts*”. Em segundo lugar, os enunciados performativos, do ponto de vista gramatical, são geralmente expressos na primeira pessoa do indicativo presente na voz ativa. A transição da primeira à terceira pessoa transforma um enunciado performativo num constatativo, o que não se dá com um constatativo. Há, pois, uma assimetria entre as duas pessoas do verbo. Quando digo “Juro”, trata-se de um proferimento performativo; se digo “Ele jura”, estamos diante de um constatativo. Pelo visto, é fácil perceber que não há verbos performativos, como alguns autores sugerem, pois as formas passadas dos verbos, geralmente, assumem a feição de relatar ou descrever, como “jurei”, “denominei”. Em terceiro lugar, cabe assinalar que o ato realizado por um performativo é muito distinto do realizado por um constatativo. O enunciado performativo é elemento constitutivo do ato: ele determina o surgimento e a natureza do ato. Um constatativo, no entanto, é apenas uma representação lingüística do ato relatado.

Como já dissemos, os enunciados performativos não são verdadeiros ou falsos. Isto, não quer dizer, no entanto, que eles sejam sempre aceitáveis ou que não estejam, submetidos aos percalços que eventualmente afetam as expressões da linguagem. E assim sendo, nem sempre sucede que o uso dos enunciados performativos realizem a ação visada, porque, bem pode ocorrer, que certas exigências ou convenções a que estão sujeitos não foram suficientemente observadas. Austin denomina de “*infelicities*” aos reveses e percalços a que eles eventualmente possam estar submetidos. Um enunciado performativo pode ser objeto de dois tipos de reveses: as *falhas (misfires)* e os *abusos (abuses)*. As falhas são os reveses oriundos de circunstâncias inadequadas que não permitem a realização do que exprime o proferimento. É o que se passa, por exemplo, quando não se dispõe de um instrumento, meio ou procedimento adequados para sua realização. Se um juiz disser “Declaro desfeito este casamento” em um país em que a lei não prevê o divórcio, tal proferimento nada realiza. Uma falha também se afigura quando a sentença é proferida por alguém incompetente ou inapto. Tal é o caso da sentença “Declaro desfeito este casamento” quando proferida por quem não é juiz ou autoridade competente para tanto. Os abusos são os reveses originados por uma inadequação



de quem profere o enunciado fazendo com que ele perca sua força performativa. Isto pode se dar de dois modos. Primeiramente, por que o locutor não apresenta a intenção ou a atitude necessárias. Tal é o caso quando se promete sem a devida intenção de prometer. Um outro modo pelo qual um performativo pode se tornar ineficaz consiste no locutor não sustentar seu compromisso. Digamos que o locutor afirme assumir certa responsabilidade e ser sincero no instante do proferimento, mas passado o momento não querer assumir as conseqüências decorrentes. Como se pode ver, os reveses tem, *mutatis mutandis*, para os performativos um papel análogo que a falsidade tem para os constatativos.

É importante observar que um proferimento performativo, necessariamente não tem que ser verbalmente explícito. Para se fazer um juramento nem sempre é indispensável que se diga "Juro que...", com todas as palavras. Consoante as circunstâncias, basta que se diga "Sim" ou que se empregue outra forma verbal semanticamente equivalente. Por outro lado, há performativos de forma elíptica que por si só não esclarece se se trata de um performativo ou de um constatativo. Neste caso, é indispensável a presença do contexto para decidir inequivocamente a sua forma. Tal é o caso, por exemplo, de "Virei" que isoladamente não permite perceber se se trata de um performativo ou de um constatativo. Outra forma elíptica de enunciadas – como "conjecturo" – são dotadas simultaneamente de um aspecto performativo (em que realizo o ato de conjecturar) e de um aspecto constatativo (em que relato um estado ou processo psicológico).

Austin durante algum tempo julgou esta distinção plenamente satisfatória e a empregou para elucidar o comportamento lingüístico de enunciados que começam por "Sei que...". Embora a distinção constatativo/performativo seja útil em certo nível, Austin começou a por em dúvida se ela é, em última análise, clara e satisfatória sob todos os aspectos.

Inicialmente, não é fácil estabelecer critérios que permitam distinguir um enunciado performativo de outras formas de enunciado. O fato do verbo estar na primeira pessoa do indicativo presente, seguramente não é um traço necessariamente distintivo, pois proferimentos como "Afirmo que esta mesa é mais alta do que aquela" não permite separar o aspecto performativo do aspecto constatativo.

Em segundo lugar, os proferimentos constatativos supõem os proferimentos performativos. Embora, um performativo explícito não seja, falando estritamente, nem verdadeiro nem falso, no entanto seu perfeito funcionamento se apóia sobre algo que seja verdadeiro. Se digo "Advirto de não comer estes cogumelos", estou advertindo e não relatando ou des-

crevendo. Nesta circunstância, meu proferimento será infeliz caso não se tratem de cogumelos, isto é, se for falso que estes vegetais sejam cogumelos. Os enunciados performativos, portanto, se apoiam, em última análise, sobre enunciados que são verdadeiros ou falsos.

Em terceiro lugar, os proferimentos performativos supõem de algum modo, os proferimentos constatativos. Um proferimento performativo de advertência, digamos, pode ser posto sob uma forma que permite ser rotulada de verdadeira ou falsa. Assim, o enunciado “Há um carro atrás de você” pode ser — embora se trate de uma advertência, e não de um mero relato — verdadeiro ou falso.

Em quarto lugar, os proferimentos constatativos podem ser postos sob uma forma que, *stricto sensu*, não se pode dizer que sejam verdadeiros ou falsos. O enunciado “Esta mesa é verde”, que é um enunciado constatativo, pode ser substituído por “Afirmo que esta mesa é verde”. Já que este enunciado nada relata, mas serve apenas para afirmar, ele não é verdadeiro ou falso.

Finalmente, os proferimentos constatativos parecem se reduzir aos proferimentos performativos. Sejam os enunciados, “Aviso que o trem está chegando” e “Penso que o trem está chegando” e “Afirmo que o trem está chegando” e ainda “O trem está chegando”. O primeiro é uma advertência, o segundo é uma conjectura, o terceiro é uma afirmação, enquanto que o quarto pode ser, consoante o contexto em que se der seu proferimento, qualquer um dos anteriores. Deste modo, as diversas formas de constatativos — enunciar, relatar, asserir, etc. — parecem ser apenas um caso especial de proferimentos performativos.

Por tais razões, a distinção entre performativos e constatativos se mostra claudicante. Isto não quer dizer que não haja importantes diferenças entre constatativos e outras formas de proferimento. O que ocorre é que agora a diferença não mais reside entre proferimentos performativos e outras formas de proferimentos, mas entre espécies de proferimentos performativos. Tal fato, levou a Austin a formular uma generalização ou extensão deste conceito.

## TEORIA GENERALIZADORA

Em seu livro, *Como Fazer Coisas com Palavras* (publicado postumamente em 1962), Austin modifica e reelabora sua distinção entre enunciados performativos e enunciados constatativos. Aqui a distinção entre performativos e constatativos deixa de ser exclusiva e radical. Quando

digo “Prometo”, nada disse de verdadeiro ou de falso, mas realizei (*performed*) um ato, quando digo “O livro está sobre a mesa” disse algo de verdadeiro ou de falso e também realizei um ato. Em ambos os casos, consegui realizar um ato (ou uma ação). Mas, segundo Austin, seria um erro pensar que um proferimento é a realização de um único ato. Na verdade, todo proferimento é um ato complexo ou um complexo de atos. Segundo ele, todo ato de fala compreende três subatos. Tais subatos são por ele denominados *locucionário*, *ilocucionário* e *perlocucionário*. Conseqüentemente, todo locutor ao fazer um proferimento realiza três tipos de ação e, assim sendo, ao se perguntar o que se faz ao proferir um enunciado cabe três tipos de respostas.

i) *O aspecto locucionário*. O primeiro aspecto ou ato consiste no proferimento de uma certa sentença “com um certo significado”..., i. é, com um certo sentido e com uma certa referência”. (Austin, *How to Do Things With Words*, p. 94). Assim sendo, o ato locucionário, por sua vez, constitui-se em três aspectos ou atos distintos: o *ato fonético* (*phonetic act*), i. é, os ruídos que o locutor produz; o *ato fático* (*phatic act*) que está em “proferir certos vocábulos... que pertencem a certo vocabulário... e consoante uma determinada gramática”; e finalmente, o *ato rético* (*rhetic act*) em que “certos vocábulos são usados com um sentido e referência mais ou menos definidos”. (Austin, *idem*, p. 95 ss). O ato locucionário, em síntese, consiste nos ruídos que o locutor produz, na construção gramatical desses ruídos e de seu significado. Assim, “Esta mesa é verde” é um enunciado da língua portuguesa dotado de um sentido e que se refere a uma determinada mesa.

ii) *O aspecto ilocucionário*. O segundo aspecto ou ato surge quando se formula a pergunta: “O que fazia o locutor quando proferiu”...“?” e se obtém respostas como “Estava prometendo” ou “estava advertindo” etc. Em outros termos, o aspecto ilocucionário consiste na “realização de um ato *ao* se dizer algo em oposição a realização do ato *de* dizer algo” (Austin, *idem*, p. 99-100), i. é, consiste no ato que o locutor realiza ao realizar o ato locucionário. O ato ilocucionário, como diz Austin, pode ser entendido como a força com que o enunciado foi empregado.

iii) *O aspecto perlocucionário*. Este aspecto se obtém ao se formular a pergunta: “O que fazia o locutor quando proferiu”...“?” e obter respostas do seguinte gênero: “Estava persuadindo”, ou “Estava assustando”, etc. Em outras palavras, consiste no ato que, eventualmente, o locutor

realiza por meio de seu ato ilocucionário. Este aspecto da sentença não oferece grande interesse quando se visa descrever o comportamento semântico de um enunciado. E isto decorre do fato de que qualquer enunciado pode, em princípio, produzir os mais distintos efeitos perlocucionários. Assim, ao dizer “Bom dia” posso vir a assustar, possa tranquilizar, etc. Isto mostra que as perlocuções nem sempre decorrem de atitudes intencionais do locutor ou de convenções previamente estabelecidas.

Em síntese, ao proferir o enunciado “Aviso que o trem está chegando” três atos simultaneamente são realizados:

i) o da locução — isto é, o de produzir certos sons ou certos grafismos segundo certas normas gramaticais; ii) o da ilocução — isto é, o de fazer uma advertência ou o de informar; e iii) o da perlocução — isto é, o de tornar alguém, digamos, atento ou perplexo.

Não é sem interesse insistir nos critérios sobre os quais se apóia a distinção entre ato ilocucionário e perlocucionário. Sem entrar em maiores detalhes, pode-se dizer que um proferimento só realiza um ato ilocucionário *x*, se uma convenção determinar que o proferimento é a realização de *x*, e/ou é intenção do locutor realizar *x* mediante tal proferimento. Isto não se dá com o ato perlocucionário já que estes não são nem intencionais nem convencionais. (cfr. P.F. Strawson, “Intention and Convention in Speech Acts”).

Dos atos da fala que isolamos e discutimos, há duas fortes razões para se afirmar que no uso ilocucionário da expressão reside o aspecto mais relevante no que diz respeito a explicação de seu significado.

A) O significado é uma questão de convenção. Toda expressão dotada de um significado, tem esse significado, em virtude de regras ou de convenções. Que regras ou convenções determinam o significado de certa expressão é algo cuja caracterização é extremamente complexa. No entanto, é certo que as relações que se dão entre o sinal e seu significado é de natureza convencional. Dos subatos da fala, como vimos, o único, excluindo o locucionário, que é determinado por normas ou regras é a ilocução. O aspecto perlocucionário quase se caracteriza pelo inverso, por sua indeterminação.

B) O significado é uma questão de intenção. A ligação que se dá entre significado e intenção decorre do fato de empregarmos a linguagem para nos comunicar, para exprimir determinados conteúdos e não outros. Para que a comunicação se dê é necessário que dois eventos se sucedam:

primeiro, que o locutor vise produzir um certo efeito sobre o ouvinte e, em segundo lugar, que o ouvinte reconheça ou perceba esta intenção. Se um desses aspectos não se der a comunicação estará essencialmente prejudicada. (cfr. W.P. Grice, "Meaning"). Para que este duplo aspecto da comunicação se realize é indispensável o emprego de expressões significativas. Se o locutor não empregar tais meios ele não consegue realizar sua intenção. A relação entre a intenção e ato ilocucionário é bem conhecida. Para se produzir um ato ilocucionário bem determinado é indispensável que o locutor vise produzir tal ato. Por outro lado, a perlocução produz seu efeito sobre o ouvinte de modo accidental. Por conseguinte, significado e ilocução estão intimamente associados a convenção e intenção. Donde ser este aspecto da fala o que mais se aproxima do significado.

#### SIGNIFICADO E ILOCUÇÃO

Um dos interesses fundamentais da filosofia da linguagem está em estabelecer as relações que se dão entre potencial ilocucionário de uma expressão e o significado dessa expressão. E em torno deste tema, duas correntes conflitantes surgiram. Uma, afirmando que — com os matizes que a seguir veremos — o significado de uma expressão pode ser analisado em termos dos atos lingüísticos que ela é capaz de realizar. Outra, no entanto, diz que ato ilocucionário e significado, embora tenham grandes afinidades, são coisas suficientemente distintas para que uma pessoa possa ser reduzida a outra. A primeira solução é defendida por W. Alston, enquanto que a segunda tem mais importante representante em J. Searle. Examinemos brevemente ambas as posições.

W. Alston. Cabe pois analisar como se dá o processo de significar em termos de atos ilocucionários. Seguiremos aqui aproximadamente a solução apresentada por W. Alston (*Philosophy of Language*, 1964, eh. 2 e ainda "Meaning and Use") para a questão do significado. Ele, ao que parece, foi o primeiro a aproximar o uso de uma sentença ao conjunto de atos ilocucionários que podem ser realizados ao proferí-la e conseqüentemente sustenta que a mesmidade de significado (de duas expressões) se apóia na mesmidade de potencial de ato ilocucionário (realizados por essas expressões).

Para sermos breves e precisos e não nos perdermos em pormenores importantes, fixaremos aqui apenas os tópicos mais relevantes. Alston

parte da definição de uso de uma sentença: “s” (daqui por diante empregaremos “s” e “t” como variáveis sentenciais):

Def.: O uso de “s” = df. ao potencial de ato lingüístico de “s” (isto é, a potencialidade de “s” para realizar um ou mais atos lingüísticos).

A seguir ele desenvolve as definições que relacionam o significado ao uso. São elas:

IA. “x” significa y = df. “x” e “y” têm o mesmo uso.

Esta definição pode ser facilmente aplicada às sentenças se levarmos em conta a definição de uso de uma sentença, IB. “s”<sup>1</sup> significa “t” = df. “s” e “t” têm o mesmo potencial de ato lingüístico.

Fixando “u” e “v” como variáveis para componentes sentenciais Alston estabelece ainda a seguinte definição:

Def.: “u” tem o mesmo uso que “v” = df. “u” pode substituir “v” e reciprocamente, em sentenças sem alterar o potencial de ato lingüístico de cada sentença.

Associando esta definição à definição IA obtem-se a seguinte definição:

IC. “u” significa “v” = df. pode substituir “v”, e reciprocamente, em sentenças sem alterar o potencial de ato lingüístico de cada sentença.

Com tais definições Alston pretende ter especificado o amplo e vago programa wittgensteiniano de que o significado é o uso determinado em que acepção se deve tomar o termo “uso”. Pretende ainda ter esclarecido a concepção de Austin segundo a qual sempre que proferimos uma expressão realizamos uma ação. E, enfim, deu a teoria do uso uma estrutura teórica que até então não conhecera.

D. Holdcroft (“Meaning and Illocutionary Acts”), só para me fixar num autor, afirma, porém ser totalmente circular estabelecer o significado de uma sentença em termos de atos ilocucionários, já que de início teríamos de saber o que a sentença significa a fim de saber que atos ilocucio-

nários estão sendo realizados por seu intermédio. Assim, suponhamos que alguém diga "Vá e feche a porta". Pelo tom de voz e pelas circunstâncias em que foi proferida esta sentença posso concluir que se trata de uma ordem. Portanto, apenas por estes dados, sei que espécie de ato ilocucionário foi realizado. Mas para saber que comando ele deu origem, isto é, para saber com exatidão que ato ilocucionário foi realizado, sem dúvida, é indispensável que eu entenda o significado da sentença. Na verdade, é muito difícil catalogar todos os atos ilocucionários realizados por uma sentença, a menos que se conheça o significado dessa sentença.

Esta objeção pode ser respondida dizendo-se que ela se apóia sobre um equívoco. Ela enseja que a teoria dos atos ilocucionários permita definir o significado de uma sentença em termos dos atos ilocucionários que ela realiza. Tal, porém, não é o caso. "Dizer qual é o significado de uma expressão, afirma Alston, não equivale a dizer *qual* é o seu uso (isto é, seu potencial ilocucionário), mas equivale a dizer que ela tem o mesmo uso que outra expressão". (W. Alston, "Meaning and Use"). Como se vê, Alston não tenta determinar o significado das expressões pela especificação das ilocuições que elas realizam ou podem realizar, mas em termos de outras expressões. E isto porque ele supõe ser possível definir uma expressão em termos de outra desde que ambas tenham o mesmo potencial ilocucionário. Em síntese, sua posição seria a seguinte: uma pessoa saberá usar certas expressões (ou sentenças) na medida em que possa realizar vários atos ilocucionários com elas. Assim digamos, que alguém se depare com uma expressão (da língua inglesa, por exemplo) que ele não entende. Nós o esclarecemos indicando que a expressão em questão tem o mesmo uso do que outra que ele já sabe usar (digamos da língua portuguesa). Conseqüentemente, a explicação do significado de uma expressão não se faz pela catalogação dos atos ilocucionários que uma expressão pode realizar, mas pelo relacionamento desta expressão com outra (s) cujos atos ilocucionários o locutor já sabe realizar. Em síntese, segundo a solução apresentada por Alston, só que se pode levar alguém a entender "A" dizendo "A" tem o mesmo potencial de ato ilocucionário que "B", caso ele saiba empregar "B". No entanto, a objeção de Holdcroft traz a tona um tópico importante. Existe um nível em que se fala de "captar um significado" ou "aprender um significado" ou ainda em "reconhecer uma expressão como significativa" que é anterior ao nível pelo qual especificamos o significado por definições, para frases ou em termos de outras expressões. Este significado prévio, segundo Alston, constitui ape-

nas um sentido prático de estar preparado para usar uma expressão para realizar certos atos ilocucionários e de estar capacitado para reconhecer um mal uso de uma expressão (cfr. W. Alston, *Philosophy of Language*, p. 39). Neste nível para se afirmar que se aprendeu o significado de uma expressão não se impõe a necessidade de sentir-se apto para especificar seu significado ou o significado de seus componentes. Tal como se pode andar de bicicleta sem se saber explicar com isto se torna possível.

*J. Searle.* O segundo modo de encarar as relações entre protencial ilocucionário e significado é, como dissemos, o de J. Searle. A argumentação de Searle — que se encontra em seu livro *Speech Acts* — Cambridge, 1974 — pode ser resumida, de forma mais ou menos redutora, nos seguintes termos: pode-se com freqüência distinguir o que uma sentença significa do ato ilocucionário que com ela se pode realizar. Conseqüentemente, significado e força ilocucionária seriam coisas distintas. Segundo este autor, identificar o significado com a ilocução constitui a “falácia do ato da fala”. Tal parece ser também a concepção de Austin. (Segundo ele, a força ilocucionária de um enunciado é uma dimensão distinta de seu significado, e, portanto, não se identificando nem com o sentido nem com a referência desse enunciado). Isto, de forma muito intuitiva e simples, poderia ser evidenciado através das seguintes colocações: i) sei o que a sentença “Passe-me o sal” significa, embora não saiba que ato ilocucionário ela realiza (isto é, se é um pedido, uma ordem, etc.); ii) sei que ato ilocucionário a sentença “Steht irgend etwas auf dem Klavier?” está realizando (pelo tom de voz, pelo comportamento subsequente a que deu origem, etc.) embora não saiba o que ela significa, já que se falava alemão. Se tais coisas se dão, obviamente, cabe distinguir um aspecto do outro.

Searle (*Speech Acts*, p. 47-8) procura determinar por que certos filósofos concluíram que uso e significado vêm a ser a mesma coisa. E, segundo sua concepção, o processo se deu nos seguintes termos. O filósofo se pergunta:

1. Que significa a palavra *P*?

Já que o significado é uso, ele considera esta pergunta equivalente a seguinte:

2. Qual é o uso de *P*?

que é tacitamente interpretada como tendo o mesmo significado que:

3. Qual é o uso de *P*, em sentenças categóricas assertivas no presente do indicativo? Isto é, sentenças de forma “*X é P*”.



E esta pergunta é, por sua vez, considerada como equivalente a seguinte:

4. Como são usadas as sentenças que contem *P*?

que são entendidas seja como:

5. Qual é o ato ilocucionário realizado ao se proferir tais sentenças? seja como:

6. Que condições se exigem a realização não-defectiva de uma asserção ao se proferir tais sentenças? Dito de outro modo, quando efetivamente dizemos algo da forma “*X é P*”?

E conclui nos seguintes termos: “Supondo, escreve ele, que responder à pergunta 5 é responder necessariamente à pergunta 1, se é levado à falácia do ato da fala; e supondo que responder à 6 é responder necessariamente à pergunta 1, se é levado à falácia da asserção. Ambas as falácias decorrem da suposição que 1 significa o mesmo que 2”. (cfr. *Speech Acts*, p. 148).

O modelo proposto por Searle, como explicação do fenômeno linguístico, sem dúvida, é bem mais complexo do que o elaborado por Alston. Seu ponto de partida pode ser resumido no seguinte: falar uma língua é realizar uma série de atos (ou realizar um comportamento) regido por regras. Para que esta afirmação se torne inteligível, torna-se indispensável estabelecer a natureza desses atos.

(i) *Atos de proferimento (utterance acts)*. Os atos de proferimento são os atos que realiza o locutor ao articular a cadeia sonora, isto é, são atos de natureza articulatória que tornam possível o proferimento seja de uma palavra, frase ou sentença.

(ii) *Atos proposicionais (propositional acts)*. Ao proferir uma sentença — digamos, “João fuma muito” — o locutor realiza ainda, além do ato de proferir, os seguintes atos: ele se refere a (ou menciona ou designa) um certo objeto — no caso, João — e predica (ou atribui) a expressão “fuma muito” a este objeto. Os atos proposicionais, portanto, envolvem dois sub-atos: referir-se e predicar. Cabe pois explicitar aqui estes dois atos proposicionais.

O termo “predicado”, tal como é empregado por Searle, para que seja corretamente entendido, envolve as seguintes observações: i) o que se atribui a um objeto a título de predicado são expressões e não universais ou entes abstratos; ii) a forma sujeito/predicado é comum não só às sentenças assertivas, mas a todas (ou quase todas) as sentenças simples, sejam elas interrogativas, imperativas, etc.

Quanto à referência, Searle observa que cabe distinguir as expressões que se referem a indivíduos ou objetos singulares (como, “esta cadeira”, “Evereste”) das que se referem a universais (como, “o número três”, “a cor vermelha”, “embriaguês”). “Só às expressões do primeiro tipo deve-se, em princípio, aplicar a locução expressões referenciais”. Nesta acepção, “expressão referencial” se aplica a toda expressão que permite identificar um objeto, um processo ou uma ação. As expressões referenciais são assim classificadas: 1) expressões referenciais definidas singulares (ex. “Cesar”, “tu”, “a Batalha de Woterloo”); 2) expressões referenciais indefinidas singulares (ex., “o homem”, em sentenças como “o homem chegou”); 3) expressões referenciais definidas plurais (ex., “os homens”, em sentenças como “os homens chegaram”); 4) expressões referenciais indefinidas plurais (ex., “alguns homens”, em expressões como “alguns homens chegaram”). Cabe ainda distinguir, observa Searle, o uso referencial do uso não-referencial de expressões que envolvem o artigo indefinido, isto é, é necessário distinguir a locução “homem”, quando ocorre na expressão “um homem chegou” (uso referencial), desta mesma locução quando ocorre na expressão “João é um homem” (uso predicativo, não-referencial).

(iii) *Atos ilocucionários (illocutionary acts)*. Afirma Searle que é com certa apreensão que emprega a expressão “ato ilocucionário” (*Speech Acts*, p. 23, nota 1), já que, como se sabe, ele rejeita a distinção austínia entre ato locucionário e ato ilocucionário. Em seu lugar, ele propõe a dicotomia ato ilocucionário e ato proposicional (cfr. Searle, “Austin on Locutionary and Illocutionary Acts”). Searle distingue assim o ato ilocucionário de seu conteúdo proposicional (embora reconheça que nem todo ato ilocucionário tenha tal conteúdo, como por exemplo, “Bravo!”). Note-se que ele rejeita a tese fregeana segundo a qual toda sentença assertiva exprime uma proposição: sentenças não podem realizar atos, quaisquer que eles sejam. Ao proferir uma sentença, diz ele, o locutor exprime uma proposição. A identidade de proposições é assim definida: sempre que dois atos ilocucionários contêm a mesma referência e a mesma predicação pode-se dizer que a mesma proposição foi expressa. Tal é o caso, por exemplo, das sentenças:

- 1) João fuma muito.
- 2) João fuma muito?
- 3) Fume muito. João!

cujos proferimentos exprimem a mesma proposição, embora realizem ilocuções distintas, isto é, respectivamente, uma asserção, uma interrogação e uma ordem. Por tal razão, diz ele, cabe distinguir com nitidez a proposição do ato ilocucionário”.

(*Speech Acts*, p. 29).

Já que a mesma proposição pode ser o conteúdo de distintos atos ilocucionários, é forçoso admitir que a análise da proposição seja distinta da análise dos atos ilocucionários. E do ponto de vista sintático, numa sentença pode-se distinguir dois elementos: o indicador proposicional e o indicador de força ilocucionária. O indicador de força ilocucionária indica que ato ilocucionário foi realizado pelo locutor ao proferir a sentença. E entre os principais procedimentos de que dispõe o Português destacam-se os seguintes: a ordem das palavras, o acento tônico, a entonação a pontuação, o modo do verbo e o próprio verbo empregado. Frequentemente, porém, a própria situação ou contexto em que se dá o proferimento é suficiente para indicar a natureza do ato ilocucionário realizado, tornando desnecessário uma indicação explícita adequada. As observações que acabamos de formular, não invalidam, no entanto, uma análise formal dos atos ilocucionários. Searle afirma que a forma geral (de muitos desses atos) é a seguinte:

$$\overset{\frown}{F(p)}$$

onde “*F*” é uma variável cujos valores são os diversos indicadores de força ilocucionária e “*p*” é uma variável cujos valores são expressões proposicionais. Pode-se simbolizar assim os diversos tipos de atos ilocutórios. Para só mencionar alguns, sirvam os seguintes exemplos:

—	( <i>p</i> )	para asserções
Pr	( <i>p</i> )	para promessas
!	( <i>p</i> )	para pedidos
A	( <i>p</i> )	para advertências

No caso de proposições simples da forma sujeito/predicado — cujo sujeito é um termo referencial definido singular — pode-se representar as distinções já mencionadas através da seguinte expressão:

$$F(RP)$$

onde “*R*” representa a expressão referencial e “*P*” a expressão predicativa.

Os atos ilocucionários, como se sabe, se caracterizam por se realizarem quando sons são proferidos. Pode-se, agora, perguntar que diferença há entre proferir apenas sons e realizar um ato ilocucionário? A diferença, segundo Searle, se radica em dois tópicos: i) diz-se, para caracterizar os sons proferidos ao se realizar um ato ilocucionário, que eles têm *significado*; ii) diz-se ainda, para caracterizar os sons proferidos, que com eles se visa dizer algo (*meas something*). A questão assim colocada, dá origem a duas outras questões: i) o que vem a ser visar ou querer dizer algo através de palavras?; e ii) o que vem a ser algo ter um significado? Dada a exigüidade de espaço, aqui nos restringiremos, e muito sumariamente, a responder tão somente a primeira questão. Para tanto, Searle parte da análise formulada por Grice ("Meaning") do conceito de significado (não-natural). Grice assim o formula: afirmar que um locutor *L* quiz dizer (*mean*) algo por meio de *X* equivale a dizer que *L* teve a intenção, ao proferir *X*, de produzir um efeito sobre o ouvinte *O* graças a apreensão por *O* dessa intenção. O que acabamos de relatar pode ser reformulado da seguinte maneira:

O locutor *L* visa dizer (*meas*) algo por meio de *X*, equivale a dizer que:

- a) *L* tem a intenção (i-1), pelo proferimento *P* de *X*, de produzir no ouvinte *O* um certo efeito perlocucionário *EP*.
- b) *L* tem a intenção, por *P*, de produzir um *EP* pelo reconhecimento dessa intenção (i-1).

Embora Searle julgue o conceito de significado de Grice pertinente a mais de um título, no entanto, encontra nesse conceito dois defeitos inaceitáveis. Em primeiro lugar, ele não esclarece em que medida o significado pode ser uma questão de regras e convenções. Em segundo lugar, definir o significado em termos de efeito visado equivale a confundir ato ilocucionário com ato perlocucionário. Para que estes aspectos indesejáveis não ocorram, Searle submeteu a uma profunda revisão este conceito griceano: Infelizmente, porém, falta-nos o tempo necessário para aqui desenvolver sua argumentação (cfr. *Speech Acts*, pp. 43-50); mas o produto final, é assim apresentado:

Dizer que *L* profere a sentença *S* visando dizer *S*, equivale a afirmar que: *L* profere *S* e que:

- (a) *L*, pelo proferimento *P* de *S*, tem a intenção (i-1) de fazer. A conhecer que o estado de coisas especificados pelas regras de *S* se realizou. (Es-

te efeito, pode ser denominado efeito ilocucionário *ET*).

(b) *L* tem a intenção, por *P*, de produzir *EI* pelo reconhecimento da intenção (*i-1*).

(c) A intenção de *L* é que a intenção (*i-1*) seja reconhecida por meio do conhecimento que *A* tem das regras que governam (os elementos) de *S*.

Isto posto, pode-se dar por concluída, em suas grandes linhas, a questão das relações entre significado e ato ilocucionário, na perspectiva de Searle. Cabe observar porém, que não nos é possível aqui, dada a exiguidade de espaço, discutir as conseqüências e dificuldades que envolvem os conceitos que acabamos de expor. O aprofundamento destas noções e sua discussão será, porém, objeto de uma outra publicação.

#### BIBLIOGRAFIA:

##### A – Obras de caráter geral e introdutório:

- Alston, W., *Philosophy of Language*, Prentice-Hall, 1964.  
Blasco, J., *Lenguaje, Filosofia y Conocimiento*; Ariel, 1973.  
Cohen, L., *The Diversity of Meaning*, Methuen, 1966.  
Cooper, D., *Philosophy and the Nature of Language*, Longman, 1973.  
Hill, T., *The Concept of Meaning*, Allen & Unwin, 1974.  
Katz, J., *The Philosophy of Language*, Harper & Row, 1966.  
Miller, R., *The Philosophy of Language*, Magi Books, New York, 1968.  
Robossi, E., *Análisis Filosófico, Lógica y Metafísica*, Monte Ávila, Caracas, 1975.  
Schiffer, S., *Meaning*, Oxford, 1972.  
Simpson, T.M., *Linguagem, Significado e Realidade*, F. Alves, 1977.

##### B – L. Wittgenstein:

- Wittgenstein, L., *Philosophical Investigations*, Blackwell, 1953. (Há tradução portuguesa: Abril Cultural, S. Paulo, 1977).  
Fann, K., *Wittgenstein's Conception of Philosophy*, Oxford, 1969.  
Kenny, A., *Wittgenstein*, Penguin, 1973.  
Pears, D., *As Idéias de Wittgenstein*, Cultrix, 1973.  
Pitcher, G., *The Philosophy of Wittgenstein*, Prentice-Hall, 1964.  
Richardson, J., *The Grammar of Justification: an Interpretation of Wittgenstein's Philosophy of Language*, St. Martin, 1976.  
Speecht, E., *The Foundations of Wittgenstein's Late Philosophy*, Manchester, 1969.

##### C – L. Austin:

- Austin, J., *How to do Things with Words*, Oxford, 1976.  
Austin, J., *Philosophical Papers*, Oxford, 1970.  
Berlin, I. et al., *Essays on J.L. Austin*, Oxford, 1973.  
Fann, K. (ed.), *Symposium on J.L. Austin*, Roytledge, 1969.

D – Evolução da Filosofia Inglesa no século XX:

- Urmson, J., *Philosophical Analysis: Its Development Between Two World Wars*, Clarendon, 1956.
- Warnock, G., *Englisch Philosophy since 1900*, Oxford, 1966.
- Passmore, J., *A Hundred Years of Philosophy*, London, 1966.
- Quinton, A., "Contemporary British Philosophy", em O'Connor (ed.), *A Critical History of Western Philosophy*, Glencoe, 1964.

E – W. Alston:

- Alston, W., *Philosophy of Language*, Prentice-Hall, 1964.
- Alston, W., *Meaning and Use*, *Philosophical Quarterly*, 13 (1963), 107-24.
- Alston, W., "Linguistic Acts", *American Philosophical Quarterly*, 1 (1964), 138-46.

F – J. Searle:

- Searle, J., *Speech Acts, An Essay on the Philosophy of Language*, Cambridge, 1974.  
Há tradução francesa.
- Searle, J., "Meaning and Speech Acts", *Philosophical Review*, 71 (1962), 423-32.
- Searle, J., "Austin on Locutionary and Illocutionary Acts", *Philosophical Review*, 78 (1968, 405-424).

G – Antologias:

Investigações da mais alta importância frequentemente aparecem sob a forma de artigos e comunicações em periódicos e revistas. Tais obras mais marcantes são, via de regra, reimpressas, em antologias, o que as torna instrumentos indispensáveis de trabalho. Citaremos aqui só as mais pertinentes.

- Olszewsky, T., (ed.), *Problems in the Philosophy of Language*, Holt, 1969.
- Fodor, J. & Katz, J. (ed.), *The Structure of Language*, Prentice-Holt, 1969.
- Fodor, J. & Katz, J. (ed.), *The Structure of Language*, Prentice-Hall, 1964.
- Steinberg, D. & Jakobovits (ed.), *Semantics*, Cambridge, 1971.
- Mace, C. (ed.), *British Philosophy in the Mid-Century*, Allen & Unwin, 1966.
- Rorty, R. (ed.), *The Linguistic Turn*, Chicago, 1970.
- Lyas, B. (ed.), *Philosophy and Linguistics*, Macmillan, 1971.
- Butler, R. (ed.), *Analytical Philosophy*, Blackwell, 1968.
- Searle, J. (ed.), *The Philosophy of Language*, Oxford, 1972.
- Parkinson, G., (ed.), *The Theory of Meaning*, Oxford, 1968.
- Flew, A. (ed.), *Logic and Language*, 2 vols., Blackwell, 1968.
- Flew, A. (ed.), *Essays in Conceptual Analysis*, Londres, 1956.
- Feigl, H. e Sellars, W. (ed.), *Readings in Philosophical Analysis*. New York, 1949.
- Williams, B. e Montefiore, A. (ed.), *British Analytical Philosophy*, Londres, 1966.
- Chappell, V. (ed.), *Ordinary Language*, Englewood, 1964.
- Caton, C. (ed.), *Philosophy and Ordinary Language*, Urbana, 1963.
- Simpson, T.M. (ed.), *Semántica Filosófica: Problemas y Discusiones*, Siglo Veintiuno, 1973.